

OFÍCIO 31/2025 – GBSEGP/SEGP

Brasília, 12 de fevereiro de 2025.

A Sua Senhoria
HELOISA LOPES MIRANDA
Coordenação de Apoio Técnico a Contratações

Processo 00200.019742/2024-38

Assunto: Manifestação após parecer da ADVOSF e adequações do Termo de Referência.

Senhora Coordenadora,

1. Considerando a manifestação da ADVOSF mediante o Parecer nº 52/2025, e em resposta ao Ofício nº 57/2025 – COATC/SADCON, este órgão Técnico informa que foram realizadas as seguintes alterações, nos moldes propostos:

Item do TR alterado	Ajuste realizado	Justificativa, se for o caso
Sumário	Inclusão do Anexo II	Para inclusão do termo de compromisso.
7.10	Inclusão do caput e alíneas de <i>a</i> à <i>f</i>	Inclusão de exigências
7.11	Previsão de fiscalização e inclusão das alíneas <i>a</i> à <i>c</i>	Atendimento a recomendação da ADVOSF
7.12	Inclusão de texto	
7.14	Renumeração do Anexo VIII	
11.6	Inclusão de texto “11.6. Os descumprimentos das obrigações de proteção dos dados pessoais serão apurados e punidos	Com intuito de compatibilizar Edital e TR, foi feita a inclusão do texto no TR.



	<i>conforme o disposto no artigo 52 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sem prejuízo das sanções administrativas estabelecidas em contrato.”</i>	
Anexo VII	Exclusão do texto inicial e Inclusão do termo de compromisso.	Sugestão dada pela COINF.

2. No compete ao Órgão técnico, destacamos que as recomendações da ADVOSF foram acatadas, sendo juntado novo Termo de Referência devidamente assinado, para continuidade da instrução.
3. Ante o exposto após manifestação, retorno os autos à COATC para providências de sua alçada.

Respeitosamente,

(Assinado eletronicamente)
ALINE CRISTINA PINHEIRO DA SILVA
Auxiliar Parlamentar Júnior
Gabinete Administrativo da Secretaria de Gestão de Pessoas

De acordo.
À COATC/SADCON, para continuidade da instrução.

(Assinado eletronicamente)
DANIELE CARVALHO CALVANO MENDES
Coordenadora-Geral de Saúde
Secretaria de Gestão de Pessoas

(Assinado eletronicamente)
BEATRIZ BALESTRO IZZO
Diretora da SEGP
Secretaria de Gestão de Pessoas





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

TERMO DE REFERÊNCIA 3/2024, versão 4 – **SEGP/GBSEGP**

Sumário

1. Objeto da contratação	3
2. Forma de contratação.....	5
3. Requisitos do fornecedor	8
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	10
5. Modelo de gestão.....	11
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto.....	12
7. Obrigações da CONTRATADA.....	13
8. Obrigações do CONTRATANTE	17
9. Regime de execução	17
10. Condições de recebimento dos serviços	18
11. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	18
12. Previsão de adoção de instrumento de medição de resultado – IMR	19
13. Forma de pagamento	20
14. Condições de reajuste	21
15. Garantia contratual	22
16. Plano de contratações	22
17. Responsável pela elaboração do TR.....	22
ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO.....	24
ANEXO II - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.....	24
ANEXO III - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DO OBJETO	26
ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR).....	37
ANEXO V - SUPERVISORES POR ÁREA.....	54
ANEXO VI - BENEFICIÁRIOS POR UNIDADE FEDERATIVA.....	55
ANEXO VII – DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	61
ANEXO VIII - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO.....	62





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

TERMO DE REFERÊNCIA 3/2024, versão 4 – **SEGP/GBSEGP**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência (TR) é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao macroprocesso Análise e Processamento de contas de saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.2.1. Descrição da situação atual

Os serviços que ora se pretende contratar têm como objetivo manter de forma plena a operação do programa de assistência à saúde dos servidores, senadores e dependentes, ex-senadores e cônjuges, e pensionistas do Senado Federal (Sistema Integrado de Saúde – SIS), e, portanto a execução das competências correlatas da Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGP, previstas no Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal, em seu Art. 21: “... *exercer as atividades necessárias à execução do plano de assistência à saúde dos servidores aposentados e pensionistas do Senado Federal; coordenar o Sistema Integrado de Saúde (SIS), tendo como premissa básica a promoção, tratamento, recuperação e manutenção da saúde...*”.

Atualmente, uma empresa presta serviço continuado de suporte à operação do SIS, referente ao macroprocesso de análise e processamento de contas, por meio do contrato administrativo de número 0083/2020, com término da vigência em 16/07/2025. Com isso, visando o pleno funcionamento das operações do SIS, se faz necessária a realização de nova contratação, para continuidade destes serviços, em razão da sua natureza e importância para o Senado Federal.

A empresa **CONTRATADA** deverá dispor de profissionais devidamente qualificados (médicos auditores, enfermeiros auditores, peritos da área de saúde, faturistas, entre outros profissionais) para garantir a adequada prestação dos serviços que envolvem os processos operacionais de saúde do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

Considerando que o SIS possui cerca de 17.000 beneficiários atualmente, o quantitativo previsto para esta contratação é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando os dados históricos de utilização. Em relação à análise e ao processamento de contas de assistência à saúde, utiliza-se como referência de precificação o número total de beneficiários do plano. Quanto aos processamentos de pedidos de reembolso, estima-se, com base nas médias do serviço, a quantidade de 410 processos mensais. Quanto aos exames periódicos de saúde do Senado Federal, foi considerada a média de 80 servidores por mês, de acordo com dados dos anos prévios à pandemia de COVID-19, que refletem o contexto de funcionamento regular da casa.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo prover recursos para analisar e processar em softwares próprios do Senado as despesas de saúde realizadas pelos beneficiários do SIS e por servidores submetidos aos exames periódicos de saúde, garantindo, dessa forma, a continuidade da assistência à saúde, e permitindo o pleno funcionamento de todos os processos que envolvem o suporte à operação.

Para se adequar ao aumento da carteira de beneficiários e para suprir a demanda pelos serviços, além de se posicionar no mercado, é fundamental melhorar a gestão da saúde. Da mesma forma, a análise e o faturamento de contas de saúde, diante da especificidade técnica, requerem equipes profissionalizadas e com experiência no mercado, a fim de que haja eficiência e controle responsável dos custos.

Frise-se que não basta o trabalho coordenado de equipes multidisciplinares, sendo necessário o controle e gestão das informações de saúde dos beneficiários. Prima-se não apenas pelo controle dos prazos de garantia de atendimento, que assegura a satisfação dos usuários, mas também pela guarda e gestão das informações de saúde. O resultado subsidia um planejamento estratégico direcionado à promoção de saúde e redução de custos, mediante controle, estudos, relatórios gerenciais, e outras ferramentas necessárias que exigem um conhecimento de normas, habilidade técnica para operação de sistema informatizado, além da compreensão das características dos diversos serviços oferecidos.

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Contrato que será substituído com a contratação:





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

Contrato	Objeto	Término da vigência
0083/2020	Prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), tais como credenciamento, autorização, auditoria, processamento de contas médicas e odontológicas, apoio administrativo, e outros serviços.	16/07/2025

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. TIPO DE CONTRATAÇÃO

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

2.2.1. Será adotada a modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. A contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, pois há previsibilidade da demanda pelo objeto.

2.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço global”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “global” para a empresa que ofertar o menor preço para o conjunto dos itens previstos dentro do Macroprocesso indicado. Para os itens agrupados, constatou-se a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam seu agrupamento, nos termos da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União c/c art. 40, inciso V, alínea “b”, e §3º; e art. 47, inciso II, e §1º, da Lei nº 14.133/2021:

- **Macroprocesso: Análise e processamento de contas**

Critérios técnicos: Similaridade quanto a natureza do serviço.

Critérios econômicos: Agrupar itens da mesma natureza de serviço em um único grupo proporciona ganho de escala, por parte das licitantes, com economia de custos para a administração. Visando evitar a ocorrência de conflitos de responsabilidade na execução contratual, é mais vantajoso e atraente para os licitantes o agrupamento dos itens que são contemplados no macroprocesso de processamento de contas. Sendo assim, evita-se que um item deste macroprocesso seja realizado por uma empresa, e outro item deste mesmo macroprocesso seja realizada por outra empresa, o que pode acarretar dificuldades na execução contratual.

2.5.2. A empresa vencedora da presente licitação não poderá ter participado do pregão referente ao edital do Processo nº 00200.019741/2024-38 (contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Regulação). Ademais, também não poderá participar dos pregões referentes aos editais dos Processos nº 00200.019743/2024-82 (contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Credenciamento) e nº 00200.019744/2024-27 (contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao Macroprocesso Apoio Administrativo). Isso porque, considerando a natureza do funcionamento deste tipo de operação, este Órgão Técnico entende ser vantajoso que os serviços concernentes a cada um desses editais sejam prestados por terceirizados diferentes, uma vez que trabalho realizado por uma empresa necessitará ser revisado e conferido pela outra empresa que dará continuidade ao mesmo serviço, criando um ambiente negocial de fiscalização recíproca.

Tal configuração traz, s.m.j., maior benefício na gestão de cada etapa da operação, contribuindo, dessa forma, com uma maior eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos. Essa medida, portanto, amplia a qualidade da fiscalização, traz economicidade para administração pública, e evita e/ou minimiza qualquer dificuldade na execução contratual originária de atividades que possuem conflito de interesses, observando a segregação de funções e a individualização das condutas.

Contratar empresas diferentes para cada Macroprocesso também reduz a dependência de uma única terceirizada, e evita que toda cadeia da operação seja afetada em caso de ocorrência de algum evento excepcional, como por exemplo, falência ou desligamento de uma empresa.

2.6. PARTICIPAÇÃO OU NÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. PREVISÃO DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

2.7.1. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação.

2.8. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

2.8.2. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 se deve ao fato de não se tratar de aquisição de bens de natureza divisível por ser um serviço contínuo que precisa incluir todas as despesas dos beneficiários com base no que dispõe o art. 49 da LC 123/2006 e o art. 10 do Decreto nº 8.538/2015. Além disso, tendo em vista que a logística implícita a ser empregada pressupõe necessidade de pessoa jurídica com capacidade robusta de insumos para sua execução, em especial no que diz respeito à logística dos recursos a serem empregados e, ainda, pela inter-relação entre os serviços.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. NECESSIDADE DE VISTORIA

3.1.1. Este Órgão Técnico considera prescindível a necessidade de vistoria, uma vez que todas as informações pertinentes para a entrega do objeto da contratação já estão contidas neste Termo de Referência. Portanto, não será necessária a realização de vistoria.

3.2. CAPACIDADE TÉCNICA

3.2.1. Macroprocesso Análise e Processamento de Contas:

a) Será exigida a comprovação de registro ou inscrição nos Conselhos Regionais de classe, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução de atividades de auditoria e processamentos de contas de saúde, sempre que o exercício dessas atividades for considerado exclusivo de médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas, por força da Resolução 1.614/2001 do Conselho Federal de Medicina – CFM, da Resolução 720/2023 do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, e da Resolução 235/2021 do Conselho Federal de Odontologia – CFO, respectivamente.

b) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, serviço de serviços de análise e processamento de contas de saúde de operadores de planos de saúde que abranjam, no mínimo, 8.500 (oito mil e quinhentas) vidas, não necessariamente com as exatas especificações e quantidades descritas no Anexo 1 do Termo de Referência. A exigência para a fixação dos requisitos qualitativos se faz por conta de esta ser a parcela de maior relevância para a contratação. Com relação a justificativa para os requisitos





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

quantitativos (8.500 vidas), se dá para fins de demonstração de que a empresa detém expertise e experiência no mercado, haja vista de o objeto desta contratação envolver serviços que afetam direta e indiretamente a vida dos beneficiários do plano de saúde do Senado Federal.

c) Para a comprovação do lapso temporal estabelecido na alínea “b” do item 3.2.1 (24 meses), será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes. Tal comprovação se faz necessária para demonstração de que a empresa detém expertise e experiência no mercado, estando, dessa forma, mais apta para realizar esse tipo de serviço de auditoria e processamento de contas de saúde, que é específico e exige expertise e experiência necessárias.

d) Para a comprovação do quantitativo de vidas informado na alínea “b” do item 3.2.1 (8.500 vidas), será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a serviços prestados no mesmo período de 24 (vinte e quatro) meses.

e) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.3.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

- a) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente,
- b) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):
 - i. Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - ii. Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

iii. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3.3.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

3.4. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

3.4.1. Tendo em vista a natureza das condições de prestação do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.

3.5. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

3.5.1. Não será necessária apresentação de amostra por parte da empresa vencedora. O procedimento de apresentação de amostras por parte da empresa vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. FORMALIZAÇÃO DO AJUSTE

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato com vigência por 30 (trinta) meses consecutivos, tendo em vista que a contratação objetiva a prestação de serviços contínuos.

4.1.2. O prazo de vigência estipulado no item 4.1.1 (30 meses) se dá em razão da peculiaridade e complexidade deste tipo de contratação, bem como da natureza da prestação desse tipo de serviço continuado, que afeta direta e indiretamente a vida dos beneficiários do SIS, em todo território nacional. Ademais, haverá maior vantagem para a administração, inclusive vantagem econômica, tendo em vista que alguns





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

preços unitários informados, no âmbito da pesquisa de preços, foram menores para o prazo 30 meses, em comparação com a vigência de 12 meses.

4.2. PRAZO DE VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO OU AJUSTE

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 30 (trinta) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve ao fato de que o suporte precisa ser constante para garantir a manutenção da assistência à saúde dos beneficiários de forma satisfatória e ininterrupta. A **CONTRATADA** continua se responsabilizando durante o tempo de vigência do contrato sobre esses itens.

4.2.3. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.4. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. INDICAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DO FUTURO AJUSTE

5.1.1. Em consonância com as diretrizes do ADG nº 14/2022, o modelo esperado de gestão para a presente contratação deve contar com o seguinte corpo técnico: gestor encarregado das questões contratuais, aditativas, ajustes e renovações, do Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e de Comunicação, da Direção Executiva de Contratações do Senado Federal.

5.1.2. A fiscalização, controle e direcionamento dos serviços prestados caberá a um representante nomeado como titular, e outro designado como substituto.

5.1.3. Caberá ao gestor do contrato verificar, com o auxílio do fiscal técnico ou fiscal setorial, o grau de satisfação em relação aos serviços prestados.

5.1.4. Sendo assim, ficam designados os seguintes gestor e fiscais do futuro contrato:

Papel	Responsável	Matrícula
-------	-------------	-----------





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

Gestor do Contrato	NGCIC	
Fiscal Titular	Carlos Gustavo Oliveira Ferreira	431130
Fiscal Substituto	Bruna de Oliveira de Sousa	394753

5.2. FORMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

5.2.1. A comunicação entre o Senado e a empresa **CONTRATADA** se dará pelo e-mail: sis@senado.leg.br ou outro que venha a substituí-lo.

6. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO

6.1. Uma reunião preliminar de implantação ocorrerá nas dependências do Senado Federal, localizado na Via N2, Bloco 17, Sistema Integrado de Saúde – SIS, do Senado Federal, Brasília-DF, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato. A **CONTRATADA** deverá apresentar um plano de trabalho de implantação em até 5 (cinco) dias úteis, após reunião preliminar, a ser validado em 5 (cinco) dias úteis pelo Senado Federal, a contar da data de sua entrega. No plano de trabalho, devem constar os marcos de implantação do sistema, de compatibilização com os acessos a sistemas e rede do Senado Federal, de contratação de equipe e respectivo treinamento.

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADE	PRAZO
Assinatura do contrato	Senado Federal/ CONTRATADA	Até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação do Senado Federal.
Reunião preliminar	Senado Federal/ CONTRATADA	Até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura do contrato.
Entrega do plano de trabalho de implantação	CONTRATADA	Até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da reunião preliminar.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

Avaliação e validação do plano de trabalho de implantação	Senado Federal	Até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrega do plano de trabalho de implantação.
Teste e aceite da operação	Senado Federal	Até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da aprovação do plano de trabalho.
Período de operação assistida	Senado Federal/ CONTRATADA	Até 90 (noventa) dias corridos, a contar da data do aceite da operação.
Início da operação	CONTRATADA	Concomitante com o início da operação assistida. Após o período da operação assistida, o contrato estará sujeito a eventuais glosas por descumprimento dos termos de serviço.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. manter, durante a realização de serviços nas dependências do Senado, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.4. manter, para os serviços realizados nas dependências do Senado, supervisor para área de atuação, de acordo com o **ANEXO V** deste TR, responsável pela coordenação das equipes de trabalho;

7.1.5. indicar e manter preposto no local da prestação dos serviços, no horário de funcionamento do **CONTRATANTE**, sem ônus para este, que tenha capacidade gerencial para tratar dos assuntos contratuais, bem como esclarecer e adotar providências imediatas quanto a dúvidas e solicitações dos seus empregados e da fiscalização do **CONTRATANTE**, responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Senado ou a





SENADO FEDERAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.6. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do Senado;

7.1.7. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros.

7.2. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, sempre que solicitado pelo Senado Federal, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, relatórios gerenciais contendo dados estatísticos referentes ao objeto deste Contrato, conforme parâmetros e definições estabelecidos pelo SIS:

7.2.1. Relatório contendo as diferenças entre os valores faturados pelo prestador e os valores calculados pelo plano de assistência à saúde para pagamento;

7.2.2. Relatório de glosas de faturamento por prestador, indicando os tipos de glosas, motivos, percentuais glosados e reconsiderados, períodos, procedimentos, dentre outros, incluindo a verificação de conformidade (conciliação entre a conta auditada e seu respectivo faturamento).

7.3. Substituir os profissionais em caso de ausências legais ou contratuais (previstas ou imprevistas), devendo informar, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, tais ocorrências ao **SENADO**, apresentando o profissional substituto, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da ciência da ausência, assim como a comprovação do preenchimento dos requisitos técnicos exigidos, independente de solicitação do **SENADO**, prestando, por fim, as informações pessoais necessárias, para viabilizar os acessos aos sistemas informatizados do **SENADO** ao profissional substituto. As ausências dos profissionais nos serviços, não supridas ou recompensadas estarão sujeitas às penalidades previstas no contrato.

7.4. Substituir definitivamente, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação do **SENADO**, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do **SENADO** ou ao interesse do serviço público, bem como aqueles considerados tecnicamente inaptos.

7.5. Assumir a responsabilidade por toda e qualquer despesa relativa a encargos trabalhistas, seguro de acidente, impostos, contribuições previdenciárias e trabalhistas, inclusive com estacionamento, traslados, alimentação, acomodação e também por todos



**SENADO FEDERAL****Secretaria de Gestão de Pessoas**

os danos e perdas causados ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou a terceiros, direta ou indiretamente, por dolo ou culpa, resultantes de ação ou omissão de empregados.

7.6. Informar por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço, telefone ou correio eletrônico.

7.7. Contratar e preparar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais a serem alocados para a execução dos serviços, observando as condições e os requisitos para a ocupação.

7.8. Responder pelas despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o Senado Federal.

7.9. Apresentar, juntamente com o plano de trabalho, para fins de cadastro e acesso a sistemas do Senado Federal, a seguinte documentação:

a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário no posto de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos supervisores técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, e outros documentos a critério do Senado Federal;

b) Cópia do contrato de trabalho, acompanhada dos demais documentos comprobatórios das qualificações exigidas para os profissionais, de acordo com as exigências estabelecidas neste instrumento, que passará a compor dossiê da **CONTRATADA**.

7.10 Quanto aos aspectos referentes a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), empresa atuará na condição de operador de dados pessoais, conforme definição do inciso VII do art. 5º da LGPD, devendo ser capaz cumprir as seguintes exigências:

a) O registro de dados utilizado para armazenar dados pessoais deve ser mantido em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), incluindo acessos, datas, horários e finalidades;

b) A **CONTRATADA** deverá apresentar, a cada 3 meses, relatórios de auditoria contendo registros detalhados dos acessos realizados, além de um plano de ação atualizado com evidências das medidas de controle adotadas para prevenir acessos não autorizados.



**SENADO FEDERAL****Secretaria de Gestão de Pessoas**

- c)** A CONTRATADA deve fornecer prontamente informações solicitadas pelo SENADO FEDERAL para auditorias adicionais e inspeções técnicas.
- d)** Antes do início da execução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar:
- Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD);
 - Protocolo de resposta a incidentes de segurança envolvendo dados pessoais.
- e)** Todos os empregados da CONTRATADA que atuam no tratamento de dados pessoais devem assinar Declaração assinada pelo representante legal da CONTRATADA, atestando que seus empregados estão devidamente capacitados em relação à LGPD e que a empresa está em conformidade com a legislação vigente.
- f)** Ao final da vigência do contrato, a CONTRATADA deverá eliminar completamente todos os dados pessoais tratados, salvo nos casos em que a retenção for necessária para cumprimento de obrigação legal.

7.11. Do Procedimento de Fiscalização e Conformidade

- a) Auditorias e Monitoramento – O SENADO poderá realizar auditorias periódicas e extraordinárias para verificar a conformidade da CONTRATADA com a LGPD, podendo solicitar documentos, registros e evidências que comprovem a adoção de medidas adequadas de proteção de dados.
- b) Comunicação de Incidentes – A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao SENADO e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme previsto no art. 48 da LGPD.
- c) Plano de Ação Corretiva – Caso seja constatada qualquer não conformidade, a CONTRATADA deverá apresentar um plano de ação corretiva, com medidas concretas e prazos para mitigação dos riscos identificados.

7.12. Os descumprimentos das obrigações de proteção dos dados pessoais serão apurados e punidos conforme o disposto no artigo 52 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

(LGPD - Lei nº 13.709/2018), sem prejuízo das sanções administrativas estabelecidas em contrato.

7.13. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.14. A CONTRATADA deve assinar termo de confidencialidade de informação previsto no ANEXO VII.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Proporcionar os recursos técnicos e físicos necessários para que a empresa **CONTRATADA** possa executar os serviços conforme as especificações acordadas e o estabelecido neste termo de referência quando os serviços forem executados nas dependências do **CONTRATANTE**;

8.2. Permitir acesso dos profissionais da empresa **CONTRATADA**, quando devidamente identificados, às dependências, equipamentos, softwares e sistemas de informação do **CONTRATANTE**, desde que necessários à execução dos serviços e conforme aos requisitos de segurança, sigilo de dados e conduta do **CONTRATANTE**;

8.3. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que produza complicações para a fiscalização e/ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

8.4. Quanto aos aspectos referentes a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), deverá ser adotada redação da minuta padrão do Senado Federal para a contratação dos serviços deste Termo de Referência, bem como prevista a firma de termos de responsabilidade ou delegação de sigilo por todos os agentes envolvidos nas operações descritas na contratação.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados no Senado Federal, ou nas dependências da **CONTRATADA**, conforme especificações do **ANEXO III**.

9.2. A **CONTRATADA** deverá garantir a integração de sua rede com a do Senado Federal em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Prodasen como a utilização de VPN IPsec.

9.2.1. A **CONTRATADA** deverá manter conformidade com as políticas e recomendações de segurança do Senado, por meio de providências entre as quais podem incluir, a critério do Senado: inclusão dos usuários e estações de trabalho dos postos de





SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Pessoas

trabalho no *Active Directory* do Senado, uso de sistemas de proteção/antivírus similares aos dos ativos do Senado.

9.2.2. A critério do Senado, o acesso a seus sistemas poderá ser intermediado por meio acesso remoto a computadores ou desktops virtuais do Senado.

9.2.3. A interconexão entre as redes deverá ser feita por meio de VPN IPSec *site-to-site* entre a **CONTRATADA** e o Senado.

9.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar, imediata e formalmente, ao gestor do contrato, qualquer anormalidade ou dificuldade constatada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9.4. Durante a implantação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá absorver, com o auxílio e orientação dos órgãos competentes da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal, os conhecimentos necessários para assumir a prestação dos serviços.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Efetivada a prestação dos serviços, será emitido, **mensalmente**, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 10º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, após verificação da sua conformidade, termo circunstanciado de aceite mensal, que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11. PREVISÃO DE PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

11.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

11.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

11.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

11.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

11.2. Findo os prazos limite previsto no item **11.1**, sem adimplemento da obrigação ou ultrapassado o limite máximo de ajuste no pagamento previsto no IMR, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, observando-se os critérios constantes naquele

